

**PROGRAMA DE AÇÃO ACADÊMICA PARA A FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS  
HUMANAS: OS DESAFIOS ATUAIS DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA (2016-2020)**

São Paulo, 6 de julho de 2016

MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA

*Professora titular do Departamento de Sociologia*

PAULO MARTINS

*Professor Associado do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas*

*Universidade e Sociedade*

As universidades públicas brasileiras defrontam-se, nos dias atuais, com uma nova **constelação de problemas, na qual a chamada crise de financiamento é a tradução mais visível, mas não exclusiva, dos seus impasses e desafios.** A consideração das dificuldades presentes pressupõe entender que as universidades são organismos constitutivos e determinados pela sociedade, tanto **por sua origem, quanto pelo sentido coletivo das suas ações.** As universidades são, por essa razão, particularmente sensíveis à mudança dos tempos. Embora os desafios lhes sejam inerentes, por causa dos princípios que constituem a prática acadêmica, voltada à transmissão, produção e divulgação do conhecimento, realizadas por intermédio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o ritmo das transformações no mundo contemporâneo e a natureza dos problemas emergentes requerem repensar as relações entre a universidade e a sociedade e entre os setores internos à própria universidade, já que estes são parte integrante do conjunto. Não é por outro motivo que as universidades no mundo contemporâneo vivem uma crise de legitimação, sobretudo as públicas, manifesta na dificuldade de preservar os consensos e pactos que haviam modelado a cultura acadêmica.

Precisamente por isso, os problemas se avolumam e parecem de difícil dimensionamento, uma vez que a ligação entre a universidade e a sociedade não pode significar que a instituição seja mero reflexo do existente. Contrariamente, a condição de simples espelhamento a transformaria unicamente em sintoma dominante, semelhante às demais agências públicas, colocando-a à mercê de vontades e caprichos forâneos, no limite submetendo-a ao puro arbítrio. O reconhecimento da autonomia das universidades não exime, antes pressupõe, o compromisso de toda a sociedade e do conjunto dos seus integrantes para com elas. Verdadeiras conquistas civilizacionais, cabe-lhes, como contrapartida, desempenhar o seu papel de instituição social, referendado no seu compromisso público, que se afasta da autorreferência, ou da repetição ritualística. Diversamente, as universidades devem se distinguir por acolher a variabilidade da vida em sociedade, da qual retira a matéria do conhecimento que produz, a partir, todavia, de protocolos próprios.

Por essa razão, os períodos de intensa mudança social são especialmente complexos para a vida das universidades, pois as submetem a orientações diversas e que questionam os seus princípios. Como se sabe, toda instituição diferencia-se e se legitima na afirmação de um conjunto de procedimentos codificados e derivados de valores coletivamente assumidos. Exatamente por isso, o enfrentamento do novo cria dilemas de grande envergadura, até porque o impulso para manter o seu ordenamento baseia-se na crença da especificidade da sua vocação. A excessiva burocratização e normatização institucional, a exemplo da USP, potencializa as dissensões e conflitos, na medida em que constrange os impulsos criativos e a liberdade de ação, erigindo-se em resposta ilusória e desviante da denominada missão das universidades.

### *Um caminho para a FFLCH*

Parece-nos que os problemas atuais das universidades públicas no Brasil resultam, em larga medida, do esgarçamento do modelo universitário anterior e da dificuldade de construir o novo sem perder os princípios superiores que o animavam. Em outros termos, a universidade pública brasileira encontra-se dardejada por problemas internos e externos a ela. A FFLCH não está ao abrigo dessas questões; antes, pelo contrário, as áreas afeitas à reflexão crítica, inerentes às disciplinas de humanas, sociais e da cultura são mais sensíveis à percepção das mudanças, acentuando o descompasso entre as regras instituídas e a multiplicidade de expectativas e demandas existentes. A nosso juízo, a questão hoje fundamental da FFLCH reside na necessidade de se encontrar um lugar que lhe seja

promissor, capaz de lhe abrir rumos sedimentados na aceitação dos desafios presentes, mas de calçá-los com o vigor inequívoco da autonomia acadêmica (tantas vezes questionada), da qualidade da formação e da pesquisa, da excelência e relevância do trabalho desenvolvido, da co-responsabilidade do conjunto dos agentes que dela participam, da busca incessante do diálogo e do entendimento, da aceitação das diferenças e do mútuo respeito.

Finalmente, é necessário que as diversas categorias que compõem a FFLCH – professores, estudantes, funcionários – desenvolvam uma relação de superior civilidade, ancorada na compreensão da importância da “nossa Escola” na manutenção de uma reflexão guiada pela responsabilidade e excelência da produção e transmissão do conhecimento; na capacidade de construir uma política de pesquisa, de ensino e extensão de qualidade; no compromisso de dialogar, segundo seu modo próprio, com a agenda social compartilhada efetivamente por todos; de ser capaz de responder às reivindicações existentes; de preservar a liberdade de escolhas, afirmando o direito à diferença, que pressupõe o reconhecimento e aceitação do diverso; de rejeitar ações guiadas pela intolerância e nutridas em sentimentos alheios aos princípios da convivência respeitosa; de afastar toda e qualquer atitude baseada na violência explícita ou simbólica; de reconhecer que, além dos direitos essenciais e inegociáveis, nenhum outro é irrestrito e se sobrepõe aos demais; por fim, de ser capaz de implementar uma política acadêmica socialmente inclusiva.

A condição *sine qua non* de tal procedimento deriva do exercício exaustivo do entendimento e da vontade de construir uma relação que parta da aceitação de que todos os interlocutores são qualificados. A exclusão e a desqualificação de todo e qualquer interlocutor anulam a possibilidade de se pavimentar os rumos de uma universidade crítica e aberta à mudança, ao mesmo tempo independente dos princípios dominantes, visíveis tanto na valorização da eficiência dos meios sem consideração dos fins, quanto na inércia frente a uma estrutura puramente operativa e costumeira, impermeável ao acolhimento de novos desafios, fragilizada perante às iniciativas externas.

A FFLCH tem perdido espaço político e de influência na definição dos rumos acadêmicos, tanto no âmbito da USP, quanto no espaço social mais amplo. Julgamos fundamental desenvolver ações capazes de restaurar o seu papel de instituição exemplar de ensino, pesquisa e extensão. Responsável pela formação de intelectuais e personalidades públicas de grande vulto, a nossa Faculdade não se identifica com a irrelevância, não devendo se conformar com o lugar que tendem a relegá-la, qual seja a de ser o reino das práticas acadêmicas dissolventes, refratário ao entendimento e ao exercício da civilidade. A FFLCH

não pode prescindir do diálogo com os seus mestres do passado, referências inexcedíveis do nosso legado.

Por isso, não deve deixar margem a qualquer dúvida, no interior da Universidade de São Paulo e externamente a ela, sobre sua inexaurível importância acadêmica, intelectual, científica e a sua condição de formuladora e vocalizadora dos princípios críticos e reflexivos que sempre a distinguiram e caracterizaram. Para isso, é fundamental que os seus dirigentes sejam qualificados para atuar com independência nos fóruns acadêmicos e científicos da Universidade, tanto nacionais, quanto internacionais, afirmando a inequívoca relevância da instituição. É necessário, em suma, que a FFLCH não se alforrie do seu patrimônio maior, ou seja, o da prática contínua da reflexividade em todas as esferas que lhe são próprias, por meio do acolhimento de propostas provenientes de todas as categorias que a constituem. Porém, nenhuma instituição pode fazer valer seus princípios se estiver internamente dilacerada. Pensamos ser essencial constituir um novo pacto de convivência em nossa Faculdade, baseado no constante diálogo, no mútuo respeito e na ética da responsabilidade, para cujo concurso precisa prontamente reorganizar-se, sendo decisão urgente e inadiável.

Com base nesse diagnóstico e com o objetivo de formular propostas para o futuro da FFLCH, arrolamos um conjunto de iniciativas voltado à construção de um programa de ação e de prática acadêmica.

### *Propostas*

1. A Universidade e, por conseguinte, a FFLCH da USP, deve construir uma política de autorreflexão que lhes permitam responder, segundo suas diretrizes e a partir de sua experiência acumulada, às mudanças sociais em curso, preservando, concomitantemente, o caráter reflexivo e crítico que as animam. A pesquisa inovadora alimenta-se do mundo circundante; por conseqüência, a boa formação depende dela. A prática do diálogo e da busca do entendimento entre professores, estudantes e funcionários é uma modalidade privilegiada de aprofundamento das relações com a sociedade e de assimilação das transformações presentes no mundo atual, uma vez que a condição de sujeitos sociais faz deles portadores das novas demandas. O conflito não criativo, realizado à margem do diálogo, costuma ser sintoma da dificuldade de aceitação do novo, da ausência de entendimento e da recusa das diferenças, vindo a prejudicar a pesquisa, o ensino e a própria vida universitária. Somente o diálogo responsável, no qual as diversas posições sejam reconhecidas, poderá preservar a substância

da vida acadêmica, por ser ela impulsionada pela admissão das diferenças, bem como pelo debate permanente.

Nesse quadro, pensamos ser fundamental organizar encontros periódicos e programados entre as três categorias (professores, estudantes, funcionários) com a finalidade de debater as diferenças presentes e buscar construir uma política do conjunto. Não acreditamos em decisões solitárias e de gabinetes de portas fechadas, mormente quando estão em pauta situações coletivas, embora os dirigentes jamais devam se omitir em face de urgências e da necessidade de tomar posições. Propomos que sejam organizados encontros mensais entre as categorias da Faculdade para sedimentar uma pauta de diálogo, de reivindicações e de responsabilidades mútuas.

Ainda tendo em vista a ampliação do diálogo e da autorreflexão sobre o que somos e o que desejamos para o presente e o futuro, é fundamental, de um lado, a criação de novas estruturas nucleares, e, de outro, a revitalização de outras já existentes. Pensamos, por exemplo, no redimensionamento das funções das Comissões Estatutárias. Estas não podem se limitar a ser um espaço institucional burocrático-cartorial, que responde a demandas do MEC, CEE, CAPES, CNPq e FAPESP, etc., antes devem ser organismos vivos capazes de formular políticas acadêmicas específicas que revelem, **em caráter propositivo**, o estado de discussão interna aos departamentos e aos cursos acerca do ensino de graduação e de pós-graduação; de produção de pesquisa; de políticas de cultura e extensão e de cooperação internacional. Devemos, também, sob guarida da direção da Faculdade e com o amparo dos departamentos, não sem antes ouvir os três setores organizados, construir **grupos de trabalho, estruturas nucleares**, que possam subsidiar nossas discussões acerca da questão da Mulher, do Deficiente, do Movimento LGBT, do Movimento Negro e Indígena. A partir dessas novas e revitalizadas estruturas, poderemos construir um discurso e uma prática que servirão de norte para uma posição institucional construída e concorde da Faculdade diante das demandas de nossa realidade atual. Nesse sentido, a decisão sobre as cotas étnicas e sociais é questão urgente e que demanda solução a curto prazo.

2. A relação desorganizada e destroçada com os espaços, assim como o descompromisso com o exercício da mútua responsabilidade em relação à instituição e seus equipamentos, é manifestação da perda de valores coletivos e do sentido da comunidade acadêmica. É essencial preservar esses valores, uma vez que eles se constituem em barreiras à entrada de orientações privatistas típicas da esfera do mercado, ou da ingerência dos poderes

constituídos. Cabe à comunidade da FFLCH decidir, por meio do revigoramento dos seus órgãos de representação (conselhos, colegiados, congregação), e por intermédio de fóruns que reúnam as diversas categorias, sobre os destinos a serem dados aos espaços.

Tais espaços de vivência devem ser reconstruídos, afinal são capazes de aglutinar a comunidade acadêmica em torno de atividades acadêmico-culturais, aparelhando-a, dando-lhe condições para que o diálogo e os projetos possam ser verdadeiramente “consumidos” por alunos, funcionários e professores. Assim, institucionalizado nosso espaço de vivência, podemos fazer frente ao seu uso inadequado e deletério, oferecendo, em contrapartida, à comunidade da USP e da FFLCH, **atividades verdadeiramente públicas que ocupem o espaço público.**

Nesse sentido a revitalização do anfiteatro romano ao lado do prédio da Administração, assim como a estruturação dos espaços abertos no conjunto de Letras, no de Ciências Sociais e Filosofia e no da História e Geografia seriam um bom começo para a criação deste novo tipo de aparelho cultural.

3. Ainda sob a perspectiva das formas de participação dos três setores que compõem a comunidade da FFLCH, é necessário repensar uma forma de ampliação da representação, especialmente de estudantes e funcionários, dialogando com os seus organismos representativos, com a finalidade de ampliar consensos e construir entendimentos. Desse modo, fica viável a retomada da representação legítima. É necessário reforçar o papel da Congregação como o fórum de elaboração da política acadêmica da FFLCH, destinando as questões cotidianas e técnicas para os conselhos departamentais (que deverão ter autonomia decisória em problemas que lhes são afeitos) e, sobretudo, para o CTA.

O contato com a vida acadêmica deve ser valorizado. Muitas vezes, os alunos terminam seu curso de graduação sem nunca ter tido acesso aos processos de grau de nossa Faculdade. Por exemplo, ter a oportunidade de assistir a defesas de mestrado e de doutorado, seria um bom incentivo para eles, afora a própria valorização das atividades de pesquisa que amiúde se fecham em discursos herméticos para poucos, descolando-se, pois, do dia-a-dia dos estudantes.

A passagem das defesas de mestrado e de doutorado para os conjuntos didáticos, fazendo com que esta atividade figure mais claramente no cenário cotidiano dos prédios, talvez seja um bom caminho para isso. Assim, podemos criar um setor de defesas em cada um dos três prédios que se incumbiria da parte burocrática final da defesa: agendamento e atas,

com o deslocamento de 2 ou 3 funcionários para essas funções em cada um dos complexos didáticos.

Cabe também pensarmos numa reorganização departamental, isto é, um colegiado por prédio, composto por chefes e vice-chefes dos departamentos, com representação discente e de funcionários, que trate de assuntos atinentes não só aos espaços (atribuição da comissão de qualidade de vida), espaços, mas também de problemas pedagógicos comuns aos cursos, destinação das verbas a partir da eleição de prioridades, permitindo a tomada de decisões, bem como a de execução dos projetos, de modo autônomo e independente das instâncias superiores. A nossa proposta visa, portanto, ampliar a autonomia departamental, lastreada nos seguintes procedimentos: incrementar as atividades acadêmicas que passariam a se realizar nos espaços didáticos; reforçar o papel da congregação como organismo de formulação da política acadêmica da Faculdade, na medida em que a liberaria da pauta burocrática; descentralizar e desburocratizar decisões, com vistas a conferir maior agilidade ao funcionamento da instituição; compartilhar decisões; divulgar amplamente as iniciativas; estruturar o portal da transparência. A FFLCH assumiria o formato de uma federação.

4. A qualidade da vida acadêmica depende das boas condições de infra-estrutura, requisito de um ambiente de trabalho que seja suporte para o desenvolvimento das atividades e estímulo para construção de ações de aperfeiçoamento. Nenhuma vida acadêmica plena pode existir sem a existência de espaços de sociabilidade e de convívio, como restaurantes e lanchonetes salubres e higiênicos; calçadas para pedestres, hoje obrigados a disputar espaços com automóveis; salas de convivência, sendo fundamental o reconhecimento e a valorização de toda a comunidade a respeito desses lugares. A intransigência resulta em perdas para todos e abre espaço para apropriações inadequadas que poderão aprofundar a insegurança e a violência.

Mas é possível buscar mecanismos para aumentar a segurança, inclusive exigindo dos órgãos competentes empenho redobrado e discutindo medidas com especialistas na área. Não há vida universitária de substância quando carece de sociabilidade acadêmica, que pressupõe tanto meios de seu exercício quanto tranqüilidade e liberdade de movimentos. Estes espaços de convivência são tão mais essenciais, quando se considera que a função formadora da Universidade ocorre no dia-a-dia, nas relações informais, nas conversações, nas trocas de experiências, nas ações conjuntas, etc. A estrutura dos cursos divididos em créditos, por pulverizar as turmas, dificulta o convívio permanente dos alunos; do mesmo modo a imposição do cumprimento de prazos estritos para os estudantes da pós-graduação, a

crescente complexidade do trabalho administrativo dos funcionários, a exigência de produção quantitativa dos professores, são condições que dificultam a troca livre, agravadas pela inexistência dos lugares de encontros. Nesse setor, propomos as seguintes iniciativas: construir uma lanchonete-restaurante que sirva refeições entre os prédios das Letras e Filosofia e Ciências Sociais e que não fira o Plano Diretor em andamento; avaliar a necessidade de construir quiosques nos prédios para atendimentos rápidos; destinar espaços de convívio para professores, hoje praticamente inexistentes; discutir com estudantes seus legítimos espaços; designar aos funcionários espaços igualmente legítimos, sem os quais não poderão contar com locais adequados de relacionamento e que possam atender às suas necessidades cotidianas; apressar a reforma das salas de aula para que consigam oferecer mais conforto aos professores e alunos. A FFLCH não pode garantir boas condições de funcionamento, tampouco se constituir em espaço acadêmico digno, caso mantenha os seus espaços deteriorados. É urgente recuperá-los; é imprescindível desenvolver uma política de respeito aos lugares públicos e de expressão cidadã; é necessário reafirmar o nosso compromisso republicano que se define por rejeitar o uso privatista e predatório dos bens públicos.

5. As obras do Plano Diretor estão em processo de execução. É absolutamente imprescindível agilizar os prazos para a entrega das construções. Para isso, constantes entendimentos com os órgãos responsáveis pelas edificações, bem como a busca de instrumentos mais rápidos para implementar essas obras, são de fundamental importância. Embora as obras não dependam diretamente da Direção da Faculdade, cabe a ela intervir e negociar os prazos. Se a questão não é simples, não podemos esmorecer frente às dificuldades. Os funcionários têm um papel decisivo neste processo, uma vez que detêm o conhecimento das normas e regras públicas que enquadram a atividade. A Diretoria deve, para isso, assumir com o corpo funcional a responsabilidade das decisões, de forma a respaldá-lo na eventualidade de algum questionamento quanto aos procedimentos adotados.

6. Reconhecemos a autonomia dos movimentos e agremiações estudantis e a importância e legitimidade de suas ações voltadas à política universitária e ao aprimoramento do debate acadêmico e político. Os estudantes são sujeitos políticos de grande relevo na vida universitária, até porque são sujeitos na vida social mais ampla. Um dos vínculos importantes estabelecidos pela universidade com a sociedade é sua atenção para com as questões de sua época e sua participação nos debates sociais com as armas que lhe são próprias; até por isso, o



diálogo e a busca de entendimento das reivindicações devem ser permanentemente exercitados. O aprimoramento da formação científica e profissional dos alunos deriva, como se sabe, da construção de medidas de cunho pedagógico, tais como número adequado de estudantes por classe, ampliação das modalidades de bolsas existentes, atualização permanente do acervo da biblioteca, construção e preservação dos espaços de estudo, estímulo ao aproveitamento dos alunos por meio do acompanhamento de leituras, especialmente dos matriculados na graduação, apoio às publicações estudantis tanto no nível da graduação quanto da pós-graduação, amparo às atividades de cunho científico-cultural.

7. A condição de uma docência de qualidade é tributária da conhecida articulação com a pesquisa, pressuposto da permanente renovação do ensino e de sua adequação aos desafios sociais e científicos; procede também da garantia de um corpo docente numericamente adequado à preservação do alto nível do ensino e da pesquisa. Desse modo, é necessário aprimorar os instrumentos de suporte da atividade acadêmica dos professores, como a designação de funcionários e de técnicos para amparar as atividades de pesquisa; buscar novas fontes de financiamento, como, por exemplo, em instituições brasileiras que amparem iniciativas dirigidas à produção do conhecimento e em instituições do exterior (nos cargos de gestão científica que ocupei estabeleci relações com algumas delas); destinar parte do orçamento para o financiamento de atividades pedagógicas, acadêmicas e científicas dos professores, alunos e funcionários; promover parcerias; celebrar convênios com universidades e grupos de pesquisa no Brasil e no exterior; aperfeiçoar e apoiar os centros de pesquisa, laboratórios de pesquisa, centros de línguas e de documentação, agregando-os de modo a incentivar a prática interdisciplinar; atualizar permanentemente o acervo da biblioteca e garantir regularidade nas suas atividades; oferecer espaços adequados para os gabinetes e salas de aula; construir lugares de convivência docente.

Os nossos espaços atuais não oferecem condições para uma vivência acadêmica efetiva, sequer para encontros informais, pois os nossos prédios foram construídos de forma a não prever lugares de descontração e troca de idéias; contrariamente, eles são um desestímulo à permanência nos locais de trabalho.

Por fim, é absolutamente imprescindível preservar a reposição e a ampliação do corpo docente tendo em vista o padrão de qualidade exigido da docência e da pesquisa no nível da graduação e da pós-graduação. Nesse campo específico, impõe-se construir instrumentos de avaliação docente que sejam capazes de incorporar critérios específicos das áreas, comissões julgadoras compostas por pares, especialistas e pesquisadores das diversas disciplinas.

Consideramos contraproducente a burocratização da avaliação, por meio de comissões constituídas de modo alheio às especialidades e áreas do conhecimento.

8. Finalmente, uma questão de grande relevo deve ser enfrentada pela comunidade da FFLCH: trata-se da tendência à fragmentação da nossa instituição. A sociedade contemporânea caracteriza-se por produzir a convivência aparentemente paradoxal entre um mundo homogêneo e global e processos de atomização e fragmentação. Todavia, se esse é o cenário geral, ele não é capaz de abarcar e de explicar devidamente as situações particulares. O projeto de separação administrativa da FFLCH, discutido nos anos 1990, que ficou conhecido como *projeto da divisão*, embora tenha sido majoritariamente rejeitado pela nossa Congregação, deixou marcas ainda não superadas. Dizendo de modo explícito: apesar da opção por preservar a unidade e dos esforços desenvolvidos por seguidas diretorias, os últimos anos foram dominados por uma tendência inercial nessa área específica, impedindo a realização exitosa da integração.

Nesse quadro, se a comunidade da FFLCH quer se manter integrada, então é absolutamente necessário construir uma política efetiva em prol da unidade. Não desconhecemos que a ampla renovação do quadro docente, ocorrida nos últimos anos, desempenha um papel na propensão à inércia, na medida em que os novos professores (nunca é demais sublinhar que eles trouxeram os ares da mudança e novas energias dos quais toda a instituição tem muito se beneficiado) não vivenciaram o processo e, portanto, não dominam o conhecimento integral dos acontecimentos. É natural que não possam estar atentos aos desdobramentos produzidos pela experiência e que tragam outras concepções para a instituição, cuja vivacidade, aliás, muito depende das contribuições dos novos. No entanto, essa questão decisiva ficou na sombra.

A fertilidade da vida acadêmica depende, como todos reconhecemos, da diversidade; a FFLCH teve, no passado, o condão de tornar estreita a convivência de carreiras distintas. Qual o estado atual da questão? Parece que a emulação do diverso não parece estar superando os meandros da fragmentação, deixando na sombra a sua dimensão mais criativa e estimulante. Julgamos ser este um dos problemas mais agudos da nossa instituição nos tempos atuais e que deve merecer o empenho de toda a comunidade da FFLCH: nossa distinção, relevo e projeção derivam da lapidação cuidadosa dessa riqueza.